

2. OS CONTORNOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ENTRE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PODER

— — — — —
Jakeline Amparo Villota Enríquez
Mardochee Ogécime

Introdução

A sociedade contemporânea atravessa inumeráveis mudanças, sendo de maior notoriedade o aspecto das novas tecnologias, o que levou à premissa da existência de um novo paradigma de sociedade baseada, essencialmente, na informação; daí a designação de Sociedade de Informação (Sociedade do Conhecimento na medida em que a informação seja um meio de produção/divulgação de Conhecimento). Este novo modelo de sociedade, se assenta em novos quadros de desenvolvimento econômico, social e cultural, decorrentes do processo de globalização em vários países, considerando a forma como qualquer país estabelece suas relações (quer sejam de natureza econômica, política, social e/ou cultural).

No cenário global, a informação tornou-se um dos principais recursos de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países, passam mundialmente, por uma nova leitura e sua manutenção - que é essencial, depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico (UNESCO, 2003).

A emergência da Sociedade da Informação supõe a tomada de consciência dos governos, as organizações e a sociedade de que devem se articular para assegurar que seus benefícios efetivamente possam alcançar a todos os seus cidadãos. Pois, o advento deste paradigma é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo

a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Além disso, acarreta como consequência, o surgimento de novas demandas dirigidas ao poder público no que constitui o seu próprio funcionamento.

Como projeto político idealizado globalmente, a Sociedade da Informação, supõe uma estrutura desigual tanto nos parâmetros de aproximação como nas suas métricas. Também, na sua inserção na globalização; como perversidade (SANTOS, 2012), ela impacta a estrutura social das nações, carregando as adoções das práticas culturais e do consumo que são as características das nações capitalistas e a consolidação da hegemonia estadunidense.

O presente trabalho consiste em analisar os contornos da sociedade da informação, contextualizando o seu significado na sociedade globalizada, a implicação pluridimensional dos “Estados nacionais²”, a relação de poderes entre as partes, o conceito da “americanização” do mundo e a hegemonia estadunidense, neste novo modelo de sociedade. De uma análise documental da literatura relacionada com a temática, institui-se um traçado sobre diversas teorias interdisciplinares para conformar uma estrutura que permite evidenciar a abordagem.

O significado da sociedade da informação na sociedade globalizada.

Da abrangência da informação como recurso de inúmeros valores simbólicos, analisada no contexto mais amplo das atuais mudanças na economia e na sociedade, o termo “Sociedade da Informação”, surgiu para caracterizar nas mudanças, tanto no âmbito político, na comunicação, como na linguagem cotidiana.

² No artigo, refere-se ao termo de “Estado-Nação” à área em que os limites culturais se fundem com os limites políticos. O ideal do “Estado-Nação” é que o Estado incorpora pessoas da mesma base étnica e cultural; mesmo que, na sociedade global, a maioria dos estados é poliétnica.

No entanto, nem a definição nem a sua relevância são unânimes entre os pesquisadores. No intuito de ilustrar brevemente as origens do conceito “Sociedade da Informação”, três ângulos de análise estão imersos: a sociedade da informação como uma transição econômica (Castells, 2011), projeto político (Sebastián et al.; 2000) e normas sociais (Schofield; Szymanski, 2011). Neste contexto, procura-se demonstrar, particularmente, como cada uma dessas perspectivas molda a estrutura social nos tempos modernos e, colocar ênfase sobre como o uso da informação como matéria-prima nas operações diárias das nações e sociedades tem renovado as práticas e dinâmicas sociais e organizacionais.

Através os estudos de Bell (1986), constata-se a emergência da sociedade da informação. O autor nos mostrou, em 1976, que já tínhamos deixado para trás a sociedade industrial, dando origem à chamada sociedade pós-industrial; a qual é uma sociedade baseada nos serviços onde o que contava não é a força bruta como na sociedade industrial, mas a informação; e que um terceiro setor começava a desenvolver-se, o dos serviços. A este propósito, ele argumentou que:

Se uma sociedade industrial é definida pela quantidade de bens que indicam um nível de vida, a sociedade pós-industrial é definida pela qualidade de vida medida pelos serviços e comodidades- saúde, educação, entretenimentos e as artes (Bell, 1994, p. 152).

Uma das características distintivas desta sociedade e que a torna diferente das outras, é sua base tecnológica, na articulação de processos sociais e econômicos.

De acordo com Martínez Sanchez (2007), a sociedade da informação resultou de um movimento de duas correntes ideológicas: uma nos Estados Unidos da América e outra, na Europa. Ela se deu num contexto em que a certeza da ciência e os supostos benefícios da tecnologia foram postos em dúvida. Essas duas correntes ideológicas lidam com a dimensão social da ciência e da tecnologia, cada uma com suas diferenças

em foco e objetivo. Para a corrente europeia, seu principal interesse está focado em fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, que por sua vez condicionam a construção da ciência e da tecnologia. Portanto, para a corrente norte-americana, esses fatores sociais são produto da ciência e da tecnologia e, conseqüentemente, ela enfatiza nas conseqüências sociais e nas influências das inovações tecnológicas de uma perspectiva mais prática (Ogécime, 2016).

Sob esse prisma, o pesquisador Moore (2014) destaca que na sociedade da informação a maior parte do PIB de um país pode ser gerada pelo setor da informação, superando assim os demais setores da economia; na qual a maior parte da população economicamente ativa trabalha em atividades relacionadas com a produção, a comercialização, os serviços e sistemas de informação. Nesta sociedade, os padrões de vida, normas de trabalho, o sistema educativo e o mercado são fortemente influenciados pelos avanços da informação e do conhecimento; isso é evidenciado por um incremento nos produtos e serviços de informação, os quais são comunicados via meios eletrônicos (Martin, 2002).

Para Manuel Castells, a Sociedade da Informação é uma nova estrutura social, no qual se fundamenta um novo modo de desenvolvimento social, o “informacionalismo”. O autor argumenta que:

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (53). E acrescenta que o que é específico do modo de desenvolvimento informacional é a ação do conhecimento sobre si mesmo como principal fonte de produtividade [...], constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação. (Castells, 2011, pp. 53 - 54).

Relaciona-se à Sociedade da Informação num país, o uso das principais tecnologias da Informação e Comunicação, tais como:

telefone celular, computador e Internet, entre outras. A atenção tem sido colocada sobre esta última, que se tornou o principal indicador que tem universalizado o conceito da inclusão à Sociedade da Informação onde o setor das telecomunicações é primordial para seu desenvolvimento.

Como vimos no que precede, considera-se que a informação e seus serviços estão impactando fortemente na sociedade contemporânea, e que as tecnologias, que tanto as produzem como as veiculam, desempenham um papel importante que pode repercutir no desenvolvimento de uma nação em todos os aspectos. Embora, a sociedade da informação seja uma realidade distinta nos diferentes países; a aspiração a ela, requer cumprir determinadas exigências.

A este propósito, a sociedade da informação engloba uma série de aspectos, dentro os quais: a globalização, o desequilíbrio tecnológico e a aceleração na produção de novas tecnologias. Nesse sentido, a globalização se relaciona a uma realidade que envolve uma certa interdependência econômica, a eliminação de barreiras econômicas para o livre trânsito de recursos, trabalhos e capitais e, o desequilíbrio informático refere-se a uma assimetria da globalização da informação.

Na contemporaneidade, a informação está relacionada com questões de poder, tornando-se uma preocupação econômica e social, um símbolo dialético da independência e dominação política, cultural ou comercial, de integração ou de exclusão. A informação constitui fundamentalmente uma potência e um recurso de desenvolvimento. A Sociedade da Informação aparece, portanto, como um slogan que mascara uma realidade feita de segredos e manipulações aos serviços das forças protagonistas. Da mesma forma, o idealismo dá lugar à dúvida, e generalizando-se o desenvolvimento dos processos globais de vigilância.

A intervenção política para a informação e relação de poderes

Os formuladores de políticas dos governos enfrentam o grande desafio de adaptar os novos métodos de fornecimento e uso dos recursos de informação às suas estratégias nacionais de desenvolvimento. Eles reconhecem cada vez mais que se projeta que os recursos e serviços de informação sejam mais adequados para as necessidades econômicas, sociais e políticas, terão que planejá-los e geri-los cuidadosamente. Daí se fomenta o crescente interesse pela formulação de Políticas de Informação para orientar o desenvolvimento de atividades de informação em diversos países (Montviloff, 1990).

Infelizmente, esta atitude tomada por alguns governos, tais como o dos Estados Unidos da América, Rússia, Alemanha, Japão, entre outros, há vários anos, é apenas emergente em outros países e tem se fortalecido nas últimas décadas. No ocidente, o período pós Segunda Guerra Mundial marcou o início da definição formal de políticas de informação nacionais na medida em que o acesso à informação científica e tecnológica passa a ocupar um lugar central no desenvolvimento econômico, sendo um pilar da inovação e condição para a competitividade. Este movimento encontra seu vértice num documento conhecido como Relatório Weinberg, intitulado “Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information, tendo como relator Alvin M. Weinberg, diretor do Oak Ridge National Laboratory” nos Estados Unidos da America (Terra, 2013).

Esse modelo de concepção de política para a informação foi adaptado por várias instituições internacionais, dentro as quais a UNESCO (2003) que promoveu os serviços de informação através da criação de uma estrutura burocrática, incluindo serviços descentralizados e coordenados por um órgão de tutela, visando a configuração de um sistema em rede, e programas de execução específicos. E, dessas iniciativas, pode-se apontar as influencias das orientações e avaliações dos desafios que se criam, quando as políticas e práticas nacionais escondem a preservação de

privilégios e desigualdades que negam a democratização da cultura e a realização da cidadania. Neste caso, o aspecto mais relevante a ser ressaltado se relaciona ao problema fundamental do ocidentalismo, eurocentrismo ou americanismo presente ou subjacente em diretrizes e realizações da UNESCO (Evangelista, 1999).

A sociedade da informação rompe com as práticas tradicionais, pelo que a sua aplicação, a nível local só pode estar em contradição com uma das características fronteiriças, ou seja, o peso do social, da história e das culturas. O segundo fator de explicação está relacionado ao lugar do Estado. A noção de sociedade da informação faz parte de uma política pública nacional que se manifesta no final da década de 1990 através de várias ações: um plano de ação do governo, um plano de ação ministerial, a preparação de uma lei sobre a sociedade da informação e uma consulta pública (Ogécime, 2016).

Para tratar adequadamente a quantidade de informação que produzimos hoje nesta sociedade globalizada, é necessário discutir o planejamento eficaz de recursos e sistemas de informação. Pois, todas essas ações tomadas para este fim, devem-se concentrar em políticas que, desde o governo, permitem orientar os esforços realizados para a sociedade em que serão implementadas. Assim, tornou-se necessário contar com políticas que garantam o acesso à informação e conhecimento. Desse modo, para deixar clara a linha onde se perfila esse trabalho, cabe responder primeiro a pergunta: o que é uma política?

Basicamente, o conceito “política” adquire significados diferentes, pode ser a intenção do Estado propriamente dito, ou pode ser “uma série de princípios e estratégias que orientam um curso de ação para alcançar um objetivo” (Montviloff, 1990 a, p. 11). Também, pode ser considerado como um marco orientador para a ação de um programa, plano ou atividade. Note-se que a política, como decisão do governo, pode ser legislável ou não.

De acordo com os autores Marín Ramírez e Palacio Sierra (2014, p, 2), “a política é uma atividade orientada em forma ideológica à tomada de decisões de um grupo para alcançar certos objetivos”.

Desta perspectiva, ela é uma maneira de exercer o poder com intenção de resolver ou minimizar o choque entre os interesses encontrados que se produzem dentro de uma sociedade, comunidade, país, bloco político e econômico ou no mundo como um todo. Da mesma forma, Vallés (2007) assinala que a política deve ser considerada como:

Uma prática ou atividade coletiva, que logram os membros de uma comunidade. A finalidade desta atividade é regularizar conflitos entre grupos. E seu resultado é a adoção de decisões que obrigam - pela força, se necessário, aos membros de uma comunidade (Vallés, 2007, p.18).

De igual maneira, AGUILAR (1996, p. 19) preconizou que “as políticas tornam-se públicas quando se destinam a colmatar as brechas da desigualdade”, embora que ditas políticas públicas sejam consideradas como: “determinados fluxos do regime político para a sociedade; e, também definidas como as ações do Estado para a sociedade” (Vallés, 2007, p. 426).

A definição imaginada por Montviloff, em 1990, referida ao conceito da “Política”, causava nesse tempo muita controvérsia na comunidade científica. Ele definiu, vagamente, a “política” como: “uma série de princípios e estratégias que orientam um curso de ação para alcançar um determinado objetivo”. (Montviloff, 1990 a, p. 9).

Visto assim, na “Era da Informação” entender-se-ia por “Políticas da Informação”, aquelas que fornecem orientações pela concepção de uma estratégia e estão constituídas de programas destinados ao desenvolvimento e utilização dos recursos, serviços e sistemas de informação. A este propósito, o autor acrescenta que:

As políticas podem desenvolver-se a nível orgânico ou institucional (micropolítica) ou a nível nacional, regional ou internacional (macropolítica). As políticas estão contidas nos chamados “instrumentos de política”. Estes podem ser das seguintes classes: instrumentos legais (Constituição, leis e

decretos do Parlamento, regulamentos, tratados internacionais, etc.) e instrumentos profissionais (códigos de conduta, ética, etc.) e instrumentos culturais (costumes, crenças, tradições, valores sociais, etc.) (Montviloff, 1990 a, p. 9).

A chamada “Políticas da Informação” pode-se considerar, então, como uma série de políticas deste tipo. Também, uma Política de Informação pode ser formulada a nível institucional, nacional, regional ou internacional. Assim, elas representam um conjunto de orientações e diretrizes que visam subsidiar o desenvolvimento das ações planejadas que buscam garantir o acesso universal à informação e constituem, também, uma fonte de poder para diversos atores.

Em plena expansão do capitalismo informacional e financeiro, se percebe na desigualdade do capital, uso e domínio das tecnologias da informação, as raízes principais dos conflitos político-sociais e da estrutura política que tenta controlá-los. O poder aparece como um instrumento ao serviço dos interesses dos proprietários.

A partir desta análise, as diversas propostas políticas que prognosticavam que o desaparecimento da propriedade privada deixaria sem razão de serem as estruturas políticas, na medida em que o acordo livre e voluntário entre indivíduos e grupos seria suficiente para resolver as diferenças. Uma sociedade (ou qualquer estrutura social) sem poder político, a anarquia, ou a extensão gradual de alguns governos e o apoucamento de outros se tornaram os objetivos finais do movimento igualitário na Sociedade da Informação.

No âmbito do Estado, a abrangência da noção da “política”, explica a abundância de definições de poder que oferece a teoria social na Sociedade da Informação. No entanto, segundo Vallés (2007, p. 31), Esta variedade de definições pode ser colocada em duas grandes perspectivas: a que entende o poder como recurso disponível e a que concebe o poder como resultado de uma relação.

Quando se interpreta o poder como um recurso, é percebido como algo que se possui. Por exemplo, para a classe dominante, o conceito “política” refere-se à arte de exercer e manter o poder. Para as classes dominadas, no entanto, a política refere-se à arte de disputar e alcançar o poder (Osorio, 2006). Neste sentido, a manutenção do poder aparece como o gerenciamento de um produto ou uma substância de um imenso valor; neste caso, a informação e o conhecimento.

Partindo deste ponto de vista, o poder é considerado como um recurso controlado pelo indivíduo, grupo, classe ou elite, ou depositado nas mãos das instituições. Muitas vezes, é considerado como algo exclusivo, controlado monopolisticamente por um determinado ator: o Estado, uma determinada classe, a elite, a burocracia, entre outros.

Em suma, pode-se dizer que a primeira abordagem que vê o poder como recurso ou substância enfatiza o elemento de tributação que é anexada a toda a ideia de poder. O poder identifica-se especialmente com a capacidade de impor limites e privação à capacidade de decisão dos outros, obrigando-lhe condutas indesejadas. Em contrapartida, o segundo ponto de vista, aquilo que pensa o poder como resultado de uma situação, descobre a relação de poder na troca que mantém vários atores, sem perder de vista a imposição de acompanhar a aceitação dos outros. Portanto, este contraste entre os dois conceitos de poder não é tão claro como se apresenta aqui. Supõe-se que recursos e situação estão relacionados. De uma forma ou de outra, o poder é,

O controle de certos recursos ou capacidades que coloca alguns atores em situações estrategicamente vantajosas que outros e lhes confere mais poder. Ou, por outro lado, uma situação vantajosa que deduz um acesso mais fácil aos recursos necessários para reforçar a sua própria posição (Osorio, 2006, p. 195).

Por exemplo, se admitirmos que dispor do maior nível cultural ou da melhor educação confere maior capacidade de impor-se

aos outros, também temos que reconhecer que essa capacidade é baseada no domínio dos recursos necessários como: conhecimento, informação, habilidades de comunicação, a economia, etc. para consolidar a posição de vantagem desejada.

Integrando esta dupla perspectiva, que vê no conceito de poder tanto como recursos e como situação, poderia igualar o poder à “capacidade de intervir na regulação coercitiva do conflito” (Vallés, 2007, p. 34). Segundo a perspectiva adotada, esta capacidade de intervenção de cada ator baseia-se no controle de determinados recursos ou na situação relativa que se ocupa em relação a outros sujeitos.

Se o poder equivale à capacidade de interferir-se na regulação do conflito, ele pode ser atribuído ao governo para tomar decisões; ou ao partido que, por sua vez, controla o governo; ou a uma pessoa jurídica que participe num debate, uma cúpula e outorga seu voto favorável a uma lei, um programa, uma ação, etc.; mas também a um meio de comunicação que é capaz de causar um impacto destes tipos; uma associação ou organização que alcança adaptar uma política econômica que lhe favorece.

Todos esses atores que intervêm na regulação de um conflito e nas decisões que exige um regulamento agem ativa ou passivamente, propondo e impondo ou resistindo e bloqueando uma situação, fato, entre outros. É essa capacidade de proposta e de impulsão de resistência e de bloqueio que revela a existência de poder nas mãos de certos sujeitos sociais. Assim para Vallés (2007), o poder é constituído de três componentes: a força, influência e autoridade. E, essa autoridade “Provém do reconhecimento geral de um prestígio moral, uma **competência científica** ou de uma experiência em determinado âmbito da vida social” (Vallés, 2007, p. 34).

Nossa abordagem ao longo da seção seguinte orienta-se para essa perspectiva, onde o conhecimento, como informação organizada, resulta-se uma competência científica em posse de uma parte (país, organização, classe, etc.) que busca constantemente obrigar às outras partes a cumprirem a sua

vontade (Gibson, 2006). Pois, o conhecimento como elemento de poder possui, por sua vez, um aspecto muito importante que é a função da dependência; e essa dependência incrementa-se quando o recurso (informação e/ou conhecimento) controlado revê-se importante, escasso e insubstituível; a justificação de uma ação governamental, institucional, etc., que pretende satisfazer as demandas sociais ou governamentais.

A hegemonia norte-americana

Em um artigo apresentado no “Le Monde Diplomatique”², Dan Schiller ressalta que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) são o “polo de crescimento com que conta o capitalismo para renovar-se”. Ele acrescenta que, agora, “é sob a égide do capital, e só a ele, que as práticas culturais são definidas em uma escala global” (Schiller, 2009a, p.11). De fato, nos últimos anos, os recém-chegados: Cisco, Amazon, Google, Facebook e Twitter, empresas de tecnologias que são todas americanas perturbam a ordem econômica e as práticas sociais e culturais, em um ritmo vertiginoso. Segundo Schiller, foi para contornar a crise econômica do início dos anos 1970 e se reconectar com os lucros que as classes dominantes dos países desenvolvidos canalizaram os capitais em direção de um setor susceptível de conduzir a um forte crescimento. Assim, os investimentos maciços irrigam, desde então, as tecnologias da informação e comunicação, marcando a ideia de um senso comum de uma transição orientada a uma nova “Idade de Ouro”, com o nome de: Sociedade da Informação.

Desde o fim dos anos 1980, as TIC e os softwares não representam menos que a metade dos investimentos realizados pelas empresas multinacionais. A soma desses investimentos é astronômica: só em 2013, o setor privado e os governos juntos gastaram 4,7 trilhões de dólares na área das TIC (Fakher, 2016).

² Com uma periodicidade mensal, fundado em maio de 1954 por François Honti, na França, “Le Monde Diplomatique” tem 71 edições internacionais produzidas em 25 línguas e conta com uma tiragem mensal de mais de 2,4 milhões de exemplares, em todo o mundo.

De acordo com Schmidt (2008, citado por The New York Times, 2008, p. 1 A), “apesar do colapso dos mercados no final de 2008 algumas empresas de TIC permaneceram prósperas, como Cisco, cujas reservas atingiram 27 bilhões no início de 2009, ou Microsoft (US \$ 19 bilhões), Google (14 bilhões), Intel (10 bilhões), Dell (6.000 milhões) e, especialmente, Apple (24 bilhões)”.

Partindo dessa concepção, a “globalização” parece ser um sinônimo da palavra **“Americanização”**³, o que confere ao termo um sentido claramente ideológico, como foi reafirmado de forma inapelável pelo economista liberal norte-americano John Galbraith (1997): globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, o inventamos para dissimular nossa política de penetração econômica nos outros países (Galbraith, 1997, p. 2).

Atualmente a Internet e a telefonia móvel são os meios mais rigorosos de que dispõe o capitalismo, para transmitir os seus modos de relações sociais e culturais; e o controle da web é ardentemente discutido mundialmente. De acordo com Schiller (2009a), os EUA ocupam uma posição preponderante nesta tabela: Cisco fornece ao mundo todo roteadores de redes; Google reina nos motores de busca e vídeo online; Facebook possui mais de 2.07 bilhões de usuários ativos (Statista, 2017); Apple produz os softwares mais populares, enquanto a Microsoft e Intel dominam quase a metade do mercado mundial de computadores, com os sistemas operacionais Windows e semicondutores (Schiller, 2009b). A este propósito, o autor afirma que:

Basicamente, o capitalismo digital desenvolve-se como antecessores através destes períodos de crise. Aqueles que geram ao mesmo tempo uma carga social desigualmente distribuído, novos modos de dominação e, felizmente, novas possibilidades de resistência e de reconstrução (Schiller, 2009b, p. 12)

3 De uma identidade americana, atribuída a Estados Unidos da América, vista como concepção ideológica de James Monroe na sua versão mundial.

Dessa perspectiva, há pouca chance de que os Estados Unidos abandonem seu domínio sobre a “Economia Global/Informacional”, um setor tão vital para o seu poder econômico, mesmo se a dominação americana contar com poucos rivais no campo da indústria de Telecomunicações, como China, Índia, Taiwan ou Coréia do Sul e Cingapura e, de certa forma, Europa, Brasil e África do Sul.

Embora alguns observadores e especialistas de relações internacionais atribuam aos Estados Unidos o estatuto de uma hiperpotência ou superpotência econômica e tecnológica mundial, acreditamos que é necessário qualificar esta observação de hegemonia total nesses dois domínios, em particular. Ao nível econômico, embora os Estados Unidos da América ocupem ainda o primeiro lugar, a crise econômica de 2008-2009 mostrou os limites do seu modelo.

Economicamente, os esforços industriais nas economias emergentes, como o caso da BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China, South Africa), continuam a planejar grandes prioridades de desenvolvimento para alcançar quotas do mercado mundial. Apesar de sua superioridade, graças à qualidade das suas universidades e o gênio dos seus investigadores, os Estados Unidos são cada vez mais confrontados com uma concorrência na produção das novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Mas as tentativas de enfrentar essa hegemonia e equilibrar as forças envolvidas são, até agora, politicamente insignificantes à ocorrência das iniciativas lançadas no âmbito das organizações internacionais como a “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC)” da UNESCO, nos anos 1970 e 1980; ou as “Cúpulas Mundiais da Sociedade da Informação (CMSI)” da UIT (União Internacional das Telecomunicações), na última década, quando a maioria dos Estados-Membros, especialmente os em desenvolvimento, exige um mundo mais justo e equilibrado. O desequilíbrio deste tempo, em termos de comunicação e informação entre o Norte e o Sul⁴ não só foi uma evidencia

4 A divisão norte-sul é uma divisão socioeconômica e política, utilizada para atualizar a Teoria dos Mundos. A partir dessa divisão, separam-se os países desenvolvidos, chamados de países do norte, dos países do sul, grupo de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

informacional tradicional⁵, mas evoluiu com o advento do novo paradigma tecnológico para uma brecha digital e um novo instrumento do Colonialismo Cognitivo e Tecnológico. Da mesma forma, este desequilíbrio continua sendo uma evidência entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Conclusão

Sob as considerações anteriores, pode-se dizer que a transição da sociedade industrial para a sociedade da informação não só altera a tecnologia, senão também todos os aspectos da atividade social do homem, incluindo os valores sociais, culturais, entre outros. É nesses relacionamentos, se tem que colocar mais ênfase para alcançar o desenvolvimento dos povos em harmonia e ainda mais quando se deve aspirar a alcançar a chamada “Sociedade da Informação”. As ferramentas tecnológicas desempenham um papel importante nessa transição, uma vez que penetraram todos os níveis científico-tecnológicos, sociais e políticos. Por tanto, deve-se levar em conta as suas vantagens, mas também o seu poder de exclusão.

Desta forma, pode-se afirmar que essa “Era da informação” traz consigo uma miríade de oportunidade para as nações, instituições, entre outros, e também desafios a serem superados pelas ações bem planejadas. Porém, a complexidade, a evolução, o atual paradigma e a natureza transversal que caracterizam o conceito da “Informação” necessitam de uma cuidadosa abordagem de inteligência, na hora de pensar a sua gestão, controle e seu planejamento. De um lado, vista como compreensão (conhecimento), ela requer uma cooperação constante entre as partes interessadas, as nações, entre outras, para promover a transferência, socialização, compartilhamento da informação propriamente dita. E, por outro lado, moldada pelo capitalismo, ela é vista como dado, inteligência e informação com valor

⁵ Aqui nos referimos ao tratamento e uso da informação, seus recursos, sistemas na sua forma tradicional, ou seja, aos processos antes da revolução digital.

ascendente e veiculada por meio de tecnologias de informação e comunicação e requer um planejamento focado no “Estado-Nação”, para encarar este mundo globalmente competitivo.

A sociedade da informação é essa era caracterizada por um modelo complexo de interação entre sociedade e tecnologia, não havendo predominância de uma sobre a outra. No entanto, devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico, permitimos que as tecnologias determinem a noção de poder nas estruturas organizacionais, sociais, culturais, econômicas e políticas e com isso, prevalência da segunda sobre a primeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, L.V. (1996) La evaluación de las políticas públicas: Estudio introductorio y edición. Ed. Miguel Ángel Porrúa, Mexico City.

Bell, D. (1994) El Advenimiento de la Sociedad Post-industrial. Madrid: Alianza,

Bell, D. (1976) Vers la société postindustrielle. Robert Laffront, Paris.

Castells, M. (2011) A sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1. Paz e Terra, São Paulo.
Dye, T. (2005) Understanding public policy. 11mo Ed. Upper Saddle, New Jersey: Prentice-Hall.

Evangelista, E. G. (1999) A UNESCO e o mundo da cultura. Ev733u - Campinas, SP: [s.n.]. 222p.

Fakher, A. (2016) The Impact of Investment in ICT sector on Foreign Direct Investment: Applied study on Egypt. Rev. Integr. Bus. Econ. Res. Vol 5 (2). Egypt.

Galbraith, J. (1977) Entrevista à Folha de São Paulo, 02 de Novembro.

Gibson, J. et al. (2006) Las Organizaciones (4ª ed.) México: Editorial: Mc.Graw Hill.

Marín Ramírez, M.E.; Palacio Sierra, M.C. (2014) Modelos de política para la ciencia, tecnología e innovación y su impacto en la formación en ingenierías: Un análisis CTS. Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación, Artículo 1617, Argentina.

Martin, P.E. (2002) Inseguridad Cibernética en América Latina: Líneas de reflexión para la evaluación de riesgos. Documentos de Opinión. leee. es.

Montviloff, V. (1990) Políticas Nacionales de Información - Manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información. Programa General de Información y UNESCO, París: Unesco.

Osorio, J. (2006) Sobre la política y el poder. Departamento de Relaciones Sociales. UAM.

Santos, M. (2012) Por uma outra globalização. Do pensamento Único à consciência universal. 22ª edição. Editora Record, São Paulo.

Sebastián, M.C. (2000) La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: El caso español, Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago.

Statista (2017). Number of monthly active Facebook users worldwide as of 3rd quarter 2017 (in millions). The statistic portal. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>> Acesso em: 28 de Janeiro de 2018.

Martinez Sánchez, F. (2007) La sociedad de la Información. La tecnología desde el campo de estudios CTS. En CABERO ALMENARA, Julio. (coordinador): Tecnología Educativa. McGrawHill. Madrid.

Moore, N. (2014) The information society. Chapter 20. Policy Studies Institute. United Kingdom.

Ogecime, M. (2016) Um olhar sobre políticas da informação na sociedade contemporânea. Repositório Universidade Federal de Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Salvador.